



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



*Perguntas
ao Ministério das Finanças...*

n.º 1

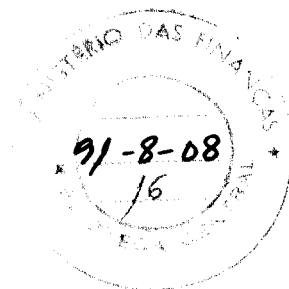
**O que se passa
com o crédito?**

Agosto 1989

(REIMPRESSÃO)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS



Perguntas ao Ministério das Finanças...

n.º 1

**O que se passa
com o crédito?**

Agosto 1989

(REIMPRESSÃO)

ISBN 972-9244-12-X

NOTA DE ABERTURA

Com esta publicação inicia-se uma nova série. A série «Perguntas ao Ministério das Finanças».

Enquanto as publicações «Documentos do Ministério das Finanças», já em edição, pretendem dar uma informação de carácter mais técnico e se destinam a um público mais especializado, esta nova série tem como destinatário o público em geral.

Espera-se que «Perguntas ao Ministério das Finanças» represente, por si, um conjunto de respostas a questões importantes. Esclareça o que em determinadas áreas estamos a fazer e as razões por que o fazemos. Divulgue medidas de política, explicito o seu interesse para as pessoas e as empresas e informe sobre as vias de acesso.

Não se pensa esgotar as respostas. Pede-se ao leitor, sempre que se suscitem novas questões, as coloque ao Ministério. Para isso, cada publicação terá um destacável «Mais Perguntas ao Ministério das Finanças». Esperamos as perguntas. Vamos responder.

O QUE SE PASSA COM O CRÉDITO? (*)

A nível do País, **não há desenvolvimento** sem **boa saúde financeira**, ou seja, **sem** disciplina das contas do Estado, **sem** controlo das contas externas, **sem** segurança dos ritmos de expansão.

E o primeiro dever de um Ministro das Finanças é garantir condições de **saudável clima financeiro**. É **gerir** a política macroeconómica de modo a **gerar** e manter condições para o desenvolvimento sólido e continuado do País.

(*) Adaptação de palavras do Ministro das Finanças Miguel Cadilhe, em Julho de 1989.

1. A PROSPERIDADE DAS EMPRESAS

A economia portuguesa **respira saúde**.

As empresas portuguesas nunca tiveram **uma época tão longa de prosperidade** nos últimos vinte anos.

As empresas nunca ganharam tanto e nunca tanto reinvestiram — e ainda bem para o País — como nestes quatro anos 1986, 1987, 1988 e 1989.

Mas é natural, faz parte da natureza humana, os empresários, tal como os trabalhadores, querem sempre mais. Tendo crescido dois ou três anos a elevado ritmo, querem continuar a crescer mas ao mesmo ritmo. Mas uma coisa é manter a empresa numa **sólida tendência de crescimento**, outra é manter um elevado ritmo de crescimento. E todavia, é óbvio que **não é seguro nem**

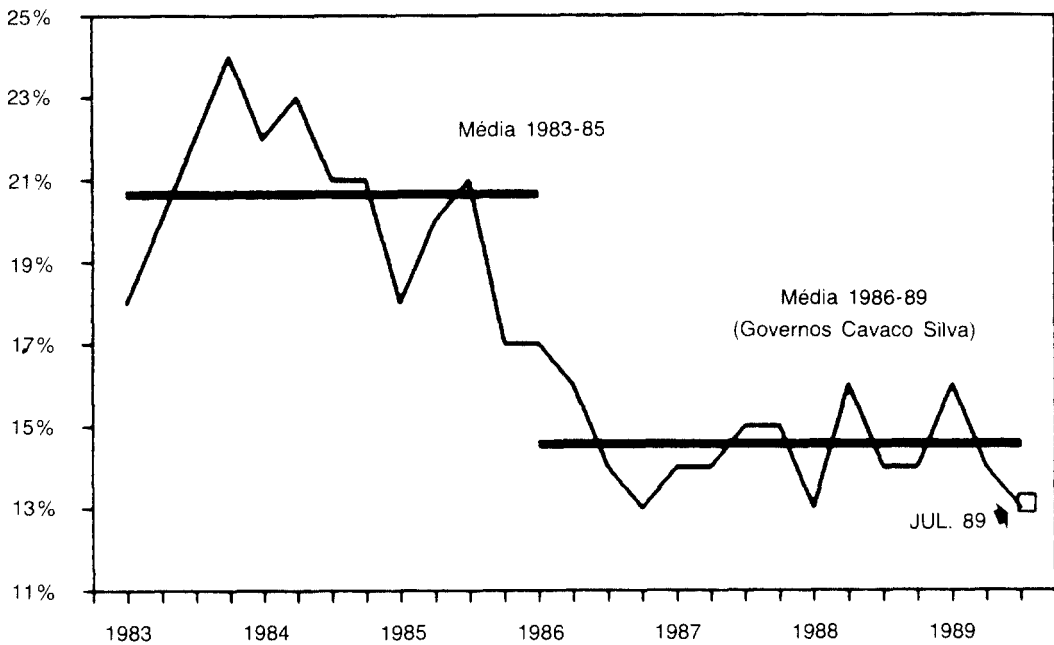
é aconselhável nem é realista persistir no recurso ao crédito para alimentar **taxas muito elevadas e consecutivas de crescimento anual** de um mesmo negócio.

Há que reforçar o **autofinanciamento**, os **capitais próprios**, o **capital de risco** das empresas; e evitar a excessiva dependência dos capitais alheios e do endividamento. As épocas de expansão não devem levar as empresas a cair na armadilha dos **desequilíbrios financeiros**, ou seja, na tentação de contrair mais e mais passivos e alimentar com eles crescimentos e aventuras.

Felizmente, não há razões para se falar de graves e generalizados problemas financeiros das empresas portuguesas. Expressivamente os três gráficos seguintes demonstram a solidez financeira **geral** das empresas.

DIFICULDADES FINANCEIRAS

(% das empresas que as indicam como uma das principais limitações à produção)



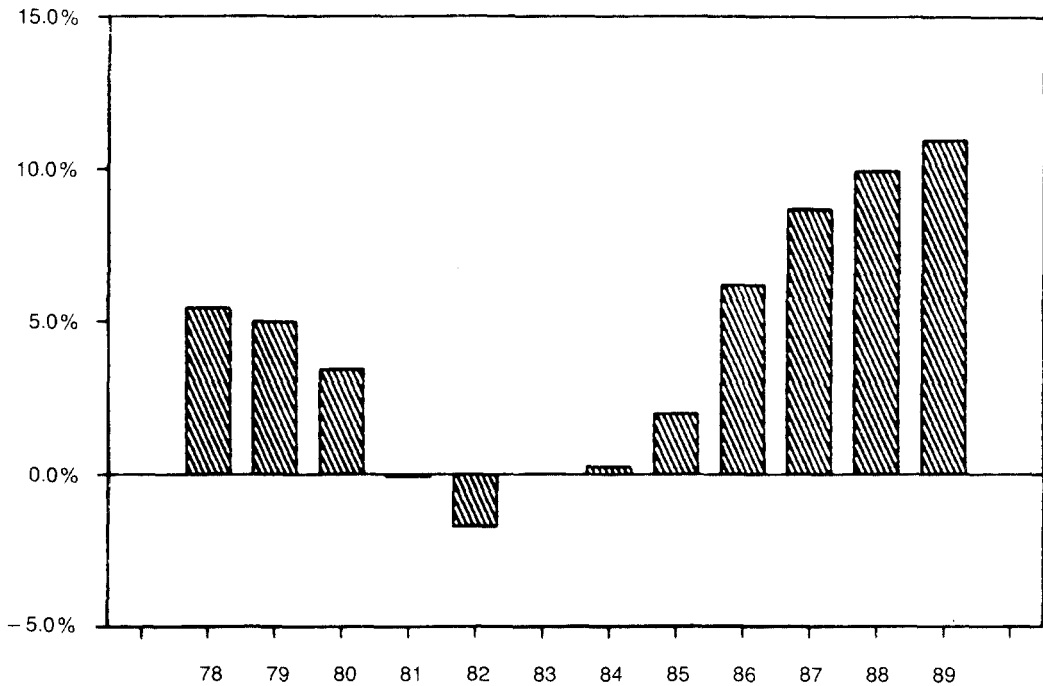
Fonte: INE
Indústria Transformadora

No período 1983-1985, as empresas passaram por graves dificuldades financeiras devidas quer às altas taxas de juro quer ao seu baixo nível de resultados.

Nos últimos 3 anos, desde 1986, as dificuldades financeiras das empresas foram grandemente atenuadas em resultado da forte redução das taxas de juro e do crescimento acentuado da sua poupança.

POUPANÇA DAS EMPRESAS

(Em % do PIB)

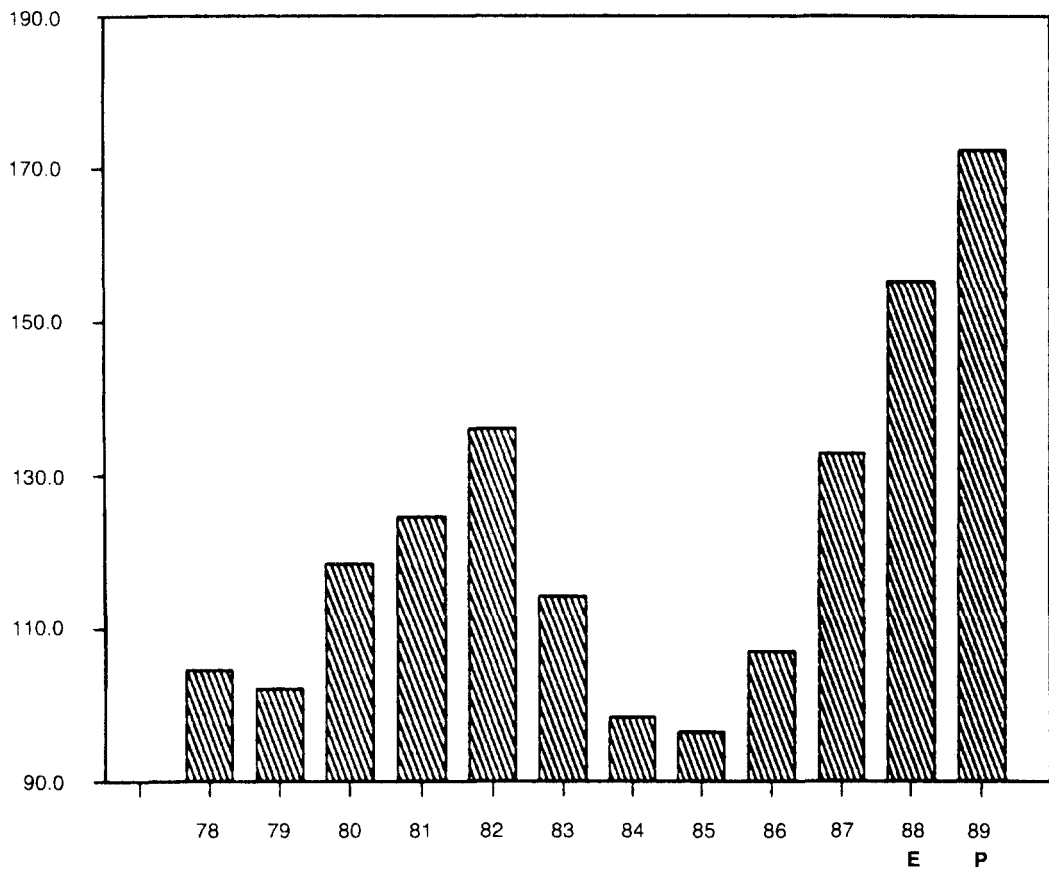


Após os níveis quase nulos ou mesmo negativos dos anos 1981 a 1983, a **poupança das empresas** recuperou e vem crescendo acentuadamente nos anos 1986, 1987, 1988, 1989.

As empresas portuguesas atingem, em 1989, a **poupança real** mais elevada de sempre. É mais de cinco vezes o nível de 1985.

INVESTIMENTO DO SECTOR PRIVADO

(Índice da FBCF real; Base 1977 = 100)



E: estimativa; P: previsão

Após as quebras de 1983, 1984, 1985, o **investimento privado** recuperou e vem crescendo a grande velocidade nos anos 1986, 1987, 1988, 1989.

As empresas portuguesas atingem, em 1989, o **investimento real mais elevado de sempre**. É o dobro de 1985.

2. O PARADOXO DO CRÉDITO ESCASSO ...

É indispensável evitar as **derrapagens** e os **excessos** de velocidade. Para isso, é preciso desfazer **as ilusões** — que se pagam caras — **de uma expansão sem limites**.

Assim, em **época de forte e contínua expansão não deve a política monetária ser expansionista**. Não deve o crédito ser nem fácil nem barato.

E, ao contrário, em **época de recessão** deve a política monetária ser **expansionista** e o crédito ser fácil e barato. Ou seja, invertem-se, de algum modo e com prudência, os sentidos da política macroeconómica relativamente aos sentidos da conjuntura.

Aparentemente é paradoxal. E é obviamente uma questão de grau. A **secura** da política monetária em época de expansão

é apenas **relativa**, porque se compara com uma ânsia de crescimento que é **natural do ponto de vista microeconómico** mas que **não deve ser 100% satisfeita a nível macroeconómico**.

Não se trata de fazer o chamado «stop and go»; estamos longe disso.

Trata-se, sim, de assegurar o crescimento sólido sem excessos de velocidade.

3. OS CASOS DE RECUSA DE CRÉDITO

O grande problema — o maior conflito neste domínio do crédito — é evitar que a **secura** da política monetária **não atinja de modo profundamente desigual o universo das empresas**, apertando em demasia umas e deixando outras injustificadamente folgadas. Ora isto é muito difícil, a não ser que haja, da parte de quem está a gerir os negócios bancários, **bom senso e equilíbrio** e **sentido da valia social** da função creditícia.

Mas haverá que evitar o vulgar **erro da generalização**. Só porque se conheça uns casos de recusa de crédito, não se irá inferir da parte para o todo **sem** averiguar da **representatividade da amostra**, ou seja, **saber do** risco normal ou anormal das empresas, **saber da** incidência de eventuais incumprimentos passados, **saber de** uma ânsia incontida de crescimento. Todos sabemos que, muitas vezes, é o **cliente de maior risco** quem,

vendo recusado o seu pedido de mais crédito, contesta e agita uma onda de mal-estar que se propaga facilmente.

Outras vezes, são os próprios decisores da banca quem invoca, comodamente, as restrições impostas dos «plafonds» de crédito para justificar uma recusa que, afinal, sempre seria dada face à qualidade e ao risco do pedido de crédito.

Haverá, em alguns destes casos, notórios exageros de narrativa ou, então, desconhecimento das verdadeiras razões ligadas ao risco da operação.

Noutros casos, todavia, — e lamento-os profundamente — poderá haver **falta de esclarecimento** da parte de quem decide o crédito. **O crédito mais escasso não deve sobrepesar relativamente mais as PME** e, dentre estas, **não deve penalizar as pequenas empresas que só tenham acesso ao crédito interno.**

Deve haver, da parte do gestor bancário, seja a nível da administração, seja a nível da direcção ou das agências, o sentido do **equilíbrio na repartição do bem escasso que é o crédito**: 1 milhão de contos a menos **no acréscimo** de crédito de uma grande empresa pode não afectar sensivelmente o seu programa de expansão e dar para distribuir por muitas pequenas empresas a fim de apoiar o seu funcionamento corrente. Toda a gente na banca sabe isto muito bem. **E mais**, sabe que geralmente é boa política **a dispersão do crédito por muitos pequenos clientes em vez da concentração do risco em alguns grandes clientes.** — Estes, aliás, pelo seu poder negocial, conseguem esmagar as margens do negócio bancário.

4. AS OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Mas perguntaria se em todos esses casos, além da escassez do crédito bancário, **não haverá falta de fundo-de-maneio e de capitais próprios à altura da empresa e do risco do negócio?**

Ou se não terá havido **excesso de voluntarismo e de dependência de capitais alheios** nos projectos de expansão?

Ou se os próprios bancos não terão andado a **alimentar expectativas de «sobrecrédito»**, claramente acima dos limites estabelecidos, a seu tempo, pela Autoridade monetária que é o Banco de Portugal?

Para além do crédito bancário, há **outras formas de financiamento** às quais as empresas podem e devem recorrer.

Valerá a pena apresentar alguns dados sobre o **financiamento não bancário** da economia.

Nos últimos três anos foram autorizadas cerca de 40 **instituições não monetárias**, com um capital social de várias dezenas de milhões de contos, cuja finalidade é o financiamento da actividade económica:

- 13 Sociedades de Investimento;
- 20 Sociedades de Capital de Risco (incluindo a SulPedip e a NorPedip);
- 2 Sociedades de Fomento Empresarial; (*)
- 8 Sociedades de Leasing.

Em 1988 o crédito concedido pelas **instituições financeiras não monetárias** foi de 113 milhões de contos, isto é, **a carteira de créditos destas instituições especializadas aumentou cerca de 48% relativamente a 1987.**

Ao longo de 1988 foram colocadas ainda cerca de 55 milhões de contos de **obrigações de empresas privadas.**

Perguntaria: por que razão não recorrem mais as empresas portuguesas — especialmente as PME — ao apoio das **sociedades de capital de risco?** (**) Será inércia, será desconhecimento, ou será a tradicional aversão a novos parceiros de risco?

(*) Estão em fase adiantada de constituição as SFE de Bragança, Guarda e Viana do Castelo.

(**) Ver «Mais crédito ou mais capital próprio?», publicado na série **PERGUNTAS AO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS.**

E por que razão não recorrem mais a emissões **obligacionis-**
tas de subscrição ampla ou restrita?

Quando o crédito bancário se torna escasso, há que fazer a busca de outras fontes de financiamento (mais salutareis, aliás) **que proporcionem capitais próprios ou capitais alheios de longa duração.**

5. O QUE ACONTECERIA SE O CRÉDITO FOSSE FÁCIL

Perguntarão, porém e em contrapartida, as empresas:

Se a economia portuguesa está a crescer bem, se a inflação não vai mal e se se reconhece a necessidade de um grande esforço de investimento, por que razão se mantém «apertado» o crédito?

Isto é o que pensará cada um dos empresários. **Todos desejam crédito mais barato e mais fácil.**

É compreensível.

No entanto, **se fizéssemos o somatório do crédito mais barato e mais fácil que cada um dos senhores empresários deseja chegaríamos a um valor absolutamente irrealista** em termos da evolução segura da economia portuguesa.

Os efeitos sobre a **procura interna** seriam insustentáveis.

A **inflação** rapidamente chegaria a valores elevadíssimos. O que seria — (poder-se-ia dizer) — um custo suportável face ao que se conseguiria em termos de crescimento económico. Mas esse crescimento económico seria acompanhado por um outro desequilíbrio, esse implacável: **o défice externo**.

É o que podemos chamar de sofisma da agregação: «o que aproveita a uma parte não aproveita ao todo». **Crédito a mais** na óptica individual é bom. **Crédito a mais** na óptica global é, porém, péssimo.

Não tenhamos ilusões. A experiência passada demonstra que **crédito fácil e barato não é sinónimo de crescimento sadio**.

Crédito fácil e barato é, sim, **sintoma de doença financeira no País e nas empresas**.

6. VALE A PENA SABER COMO VAI O «PREÇO» DO CRÉDITO

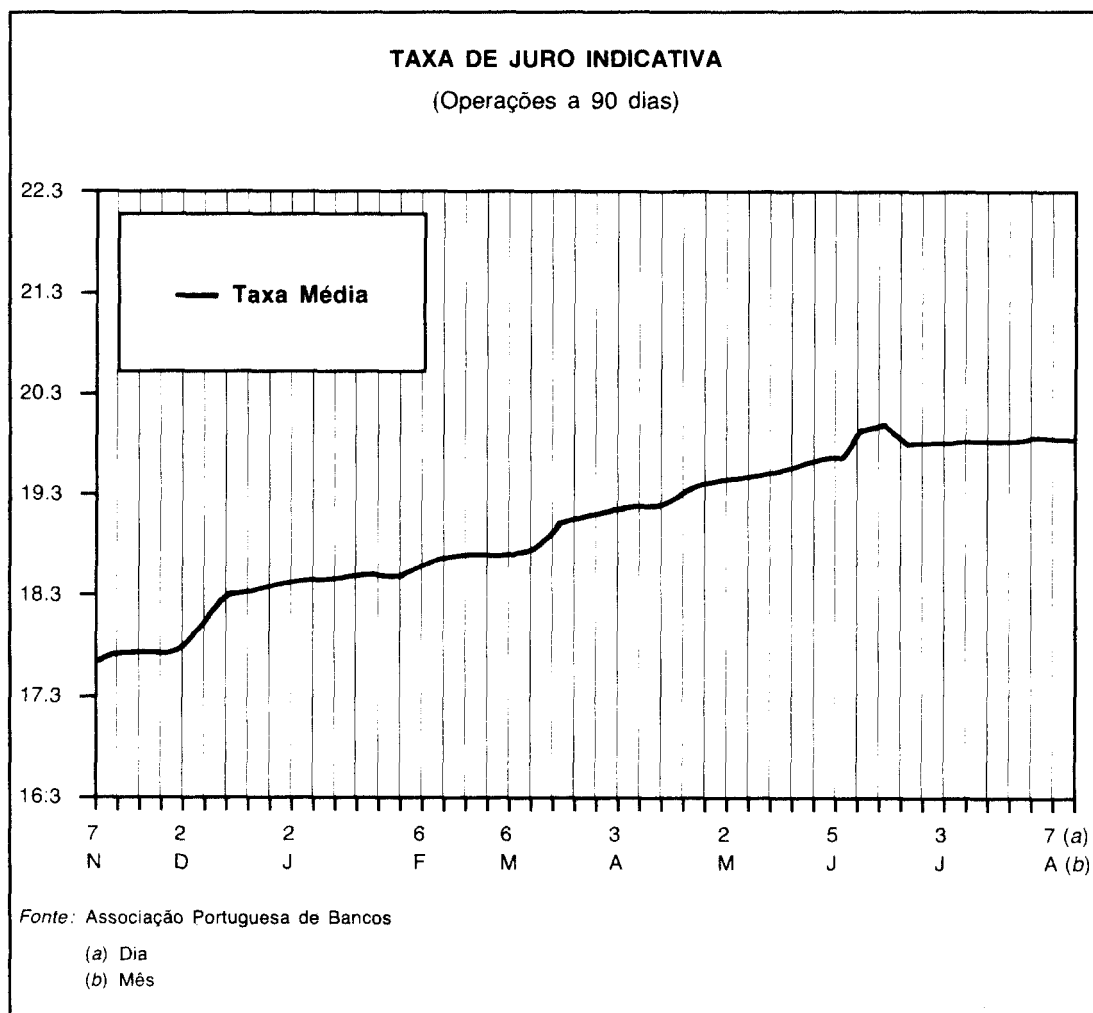
A taxa de juro do crédito bancário é livre. Assim deve ser para que as regras do mercado funcionem e haja racionalidade na economia do País.

Mas o que o **pequeno e médio empresário** deve evitar é estar na ignorância das taxas de juro efectivamente praticadas pelo sistema bancário. Ou seja, tem ele toda a vantagem em saber se a taxa de juro que o gerente da agência do seu banco lhe aplica se afasta muito da **média**.

Para isso, bastará seguir as notícias publicadas nos jornais sobre a chamada taxa de juro indicativa, para operações de crédito a 90 dias, taxa média calculada pela Associação Portuguesa de Bancos, com base na informação dos 8 principais bancos e excluindo os dois valores extremos.

Obviamente que a taxa de juro aplicada depende do risco da operação, das garantias, da proporção de capitais próprios, do *curriculum* da empresa ...

No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução da referida taxa média de Novembro de 1988 a Agosto de 1989.





Mais Perguntas ao Ministério das Finanças

Após leitura de «O que se passa com o crédito?» da série «Perguntas ao Ministério das Finanças», gostaria de ver esclarecidas as seguintes questões:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Data / / Assinatura

Identificação e residência para resposta

Nome

Actividade

Residência

.....

Dirigir a: **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**
Gabinete do Ministro das Finanças
Av. Infante D. Henrique
1194 LISBOA Codex



COMPOSTO, IMPRESSO E BROCHADO:
CENTRO DE EDIÇÕES E ARTES GRÁFICAS
DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

RUA ALMEIDA BRANDÃO, 13-A — 1200 LISBOA

DEPÓSITO LEGAL 28 763/89

ISBN 972-9244-12-X

1.ª EDIÇÃO: 1000 EXEMPLARES — AGOSTO/89
REIMPRESSÃO: 5 000 EXEMPLARES — OUTUBRO/89
2.ª REIMPRESSÃO: 15 000 EXEMPLARES — OUTUBRO/89

Da mesma série:

N.º 1 — O QUE SE PASSA COM O CRÉDITO?

N.º 2 — MAIS CRÉDITO OU MAIS CAPITAL PRÓPRIO?

N.º 3 — DÍVIDA PÚBLICA OU PESO DO PASSADO? (a publicar)

MINISTERIO DAS FINANÇAS - SG/SD1

REGISTO: M000016

COTA: MO/04/00009/A



•• PERGUNTAS AO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS ••

ISBN 972-9244-12-X